



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 11/02/2014, sob a presidência do Senhor Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto, realizou-se a 156ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 155ª Reunião Plenária Ordinária.
2. Posse do Senhor José Eduardo de Mattos Canhadas, como conselheiro suplente, representante do Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE, da SVMA.
3. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia

1. Apresentação do Relatório de atividades do **CONFEMA** de 2013.
2. Deliberação sobre as **Diretrizes anuais para utilização dos recursos do FEMA**, para 2014.

Anexos:

- Ata da 155ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
- Proposta das Diretrizes anuais para utilização dos recursos do FEMA para 2014.



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom dia a todos. Vamos iniciar a nossa reunião. Com a palavra o nosso Secretário Adjunto, Manoel Victor.

Secretário Adjunto Manoel Victor: Bom dia a todos os conselheiros, bem-vindos a nossa primeira reunião de 2014. Vamos dar início a 156ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, dia 11 de fevereiro de 2014. Eu vou passar a palavra ao Damasceno, Coordenador Geral, para que ele dê prosseguimento aos nossos trabalhos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom dia senhoras e senhores conselheiros. Daremos início à pauta de nossa reunião. Expediente Primeiro, discussão e votação da ata da 155ª Reunião Plenária Ordinária. Algum conselheiro tem alguma manifestação? Considero **Aprovada a Ata da 155ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.**

Cons. André Luiz: André Luiz, da SMDU, abstenção.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Segundo item: Posse do Senhor **José Eduardo de Matos Canhadas como Conselheiro Suplente, representante do Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE**, da SVMA,. Canhadas, uma salva de palmas, também pelo aniversário do Canhadas. Sugestão para inclusão de pauta para essa reunião. Por gentileza, conselheiro.

Cons. Ângelo Iervolino: Bom dia a todos, Ângelo Iervolino, Sociedade Ambientalista Leste, representando a Leste 3. Eu queria fazer uma inclusão que seria referente à proteção da biodiversidade.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Já anotado. Passamos à ordem do dia. A inclusão, o senhor tem algo específico conselheiro? Por gentileza.

Cons. Ângelo Iervolino: Eu não sei, espero ter o momento exato para estar fazendo essa inclusão. Eu teria parte de um documento que eu queria reproduzir, só uma parte, referente a essa questão da proteção à biodiversidade.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza, a palavra da conselheira.

Oradora não identificada: Eu gostaria de, no momento, fazer uma sugestão e uma reflexão sobre a questão da escassez de água.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Passamos agora à ordem do dia. Primeiro item, apresentação do relatório de atividades do CONFEMA de 2013. Por favor, Rubens, Secretário Executivo, com a palavra.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia a todos. Eu sou Rubens, faço parte da equipe técnica do FEMA, Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. E por força da legislação que criou o FEMA, e da Lei 14.887, que reestruturou a Secretaria em 2009, anualmente fazemos uma apresentação das atividades do Fundo e do Conselho do Fundo para este Conselho. Então seria como uma espécie de prestação de contas do que foi feito no ano passado, uma vez que as diretrizes de utilização dos recursos do FEMA são definidas aqui, no CADES. O CADES estabelece as diretrizes, o CONFEMA e o Fundo atuam durante o ano com base naquelas diretrizes, e ao final de cada exercício a gente faz um relatório de atividades para informar como foram aplicados os recursos no exercício anterior. O que nós vamos apresentar hoje, rapidamente é um relatório básico das atividades do CONFEMA durante o exercício



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

passado, e em seguida vamos discutir as diretrizes de aplicação de recursos do FEMA para o exercício de 2014. Então inicialmente, com relação às reuniões que foram realizadas ao longo do ano, foram 14 reuniões, sendo 10 ordinárias e 4 extraordinárias, e foram expedidas pelo CONFEMA 133 Resoluções, o que dá uma média de 9,5 Resoluções por reunião. Dessas 133 Resoluções, delas foram 2 projetos de entidades da sociedade civil, que eram relativas ao edital FEMA 9, que era pendente ainda do ano de 2012, e que foram aprovados esses dois projetos no início de 2013. As outras 131 Resoluções foram propostas da própria administração para utilização de recursos do FEMA. Chegamos ao total de total de processos apreciados de 133. Em valores, foram aprovados de projetos, pelos editais, R\$ 1.144.481,86 ao longo do ano, e das propostas da administração foram aprovados a utilização de R\$ 140.812.479,20 do Fundo. Por força da Política Nacional de Meio Ambiente existe um instrumento de controle da política nacional, que é o Relatório de Qualidade de Meio Ambiente, que os órgãos, as instituições voltadas para a área têm que publicar ao longo do ano. Então no RQMA de 2013, isso com base nos dados até o final de 2012, e a gente fez uma retrospectiva desde o edital número 2, só não entrou o edital número 1 que foi um edital piloto, que nós fizemos três projetos, então ele acabou não entrando. Mas a partir de uma irregularidade na edição dos editais a gente trouxe aqui, foram 10 projetos de agricultura urbana e periurbana, 1 projeto de arborização, 6 de biodiversidade, 3 de coleta seletiva, 4 de desenvolvimento rural sustentável, 65 projetos de educação ambiental, 5 de recursos florestais, 1 de saneamento ambiental, 1 de saúde ambiental, 9 de sociodiversidade e cultura, e 6 de turismo sustentável. Então ao longo de 2005 a 2012, que o edital 8 é de 2009, mas esses projetos foram assinados em 2012, nós tivemos 111 projetos financiados por meio de editais. Somado 8 projetos de 2013, que foram assinados no exercício de 2013, dá um total de 119 editais. A distribuição dos projetos na região da cidade, nós temos aí 45% dos projetos financiados pelo FEMA, por editais, localizados na zona sul, 13% na zona oeste, e 5% na zona norte, 15% na zona leste, e 22% está como várias, porque são projetos que atuam em mais de uma região da cidade. Nós temos a relação, durante o exercício de 2013, dos convênios que foram assinados. Ali estão as instituições, que foram a Cinco Elementos, a Associação Aliança Libertária para o Meio Ambiente, Associação Pró Science, Liga Solidária, Mudança de Cena, Observatório Ambiental, e dois convênios do Movimento de Defesa do Favelado. Então esse dá aquele total de 1.144.481,86, que foi o utilizado em 2013. Com relação aos 140 milhões que foram utilizados como propostas da Secretaria, R\$ 31.98.619,13 foram relativos a desapropriações. Lembrando que essas desapropriações eram um processo que já estavam em andamento, e que por força de decisão judicial tínhamos que pagar uma diferença, porque os proprietários entram com uma ação na justiça, o perito fez uma nova avaliação, e a prefeitura que está desapropriando é obrigada a pagar aquela diferença apurada pelo perito. Então esses 31 milhões não são novas desapropriações, são desapropriações que já estavam em andamento, porém tiveram que ter a sua complementação de recursos. E R\$ 108.913.860,07 foram para projetos de obras, manejo, conservação e vigilância de parques. Isso dá um total de R\$ 140.712.479,20. Para o exercício de 2014, isso é uma reprodução do que saiu no orçamento, o orçamento para 2014, então nós temos cerca de 12,7 milhões para implantação de eco pontos; 10 milhões para implantação de vias cicláveis, ciclovias ciclo faixas, e ciclo rotas; 52,8 milhões para reforma e adequação de parques e unidades de conservação; 5 milhões para apoio a ações ambientais; 850 mil aproximadamente para a educação ambiental; **66 milhões** para operação, manutenção e conservação de parques; **22 milhões** para implantação de projetos ambientais; 100 mil reais para implantação de viveiros; e R\$ 4 milhões para implantação de parques e unidades de conservação. Então para o exercício de 2014 o orçamento prevê uma despesa de R\$ 174.562.000,00. Então só voltando aqui agora, para esse ano nós temos projetos do edital 9 que estão em andamento. Nós temos R\$ 957.641,91 para arcar com os convênios que já estão em andamento. O valor destinado para o edital número 10, que foi aprovado pelo CONFEMA no finalzinho do mês de dezembro, na última reunião. A princípio tinha sido proposto pela Secretaria o uso de um milhão de reais, mas o CONFEMA entendeu que um milhão seria um valor relativamente pequeno para o número de projetos, e pela



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

proporção que os projetos podem apresentar e definiu-se R\$ 1,5 milhão. E para o edital número 11, que é um edital que está sendo discutido internamente ainda, e que possivelmente será na área de educação ambiental, restou R\$ 1.592.358,09. O edital número 11 ainda está sendo discutido, se possível a gente lança ainda no segundo semestre desse ano, para firmar o convênio até o final do ano, no exercício de 2015. Esses são os dados que apresentou o relatório completo se vocês precisarem podemos passar por e-mail. Mas o relatório completo tem todas as Resoluções, ele é um pouco mais longo, mais extenso, então para apresentar aqui, iria tomar muito tempo, nós demos uma enxugada e apresentamos os pontos principais. Alguma dúvida, alguma observação? Luiz Ferrua.

Cons. Luiz Ferrua: Eu não entendi muito bem esse valor total previsto para 2014, de R\$ 174.562.000,00 comparado com os 4 milhões citados anteriormente. Isso é o valor a ser gasto em 2014?

Secretário Executivo Rubens Borges: Isso é um valor orçado pela Secretaria, juntamente com a Secretaria de Planejamento e aprovado pela Câmara Municipal. Então nem sempre o que a gente manda para a Câmara Municipal é o que é aprovado, mas o orçamento de 2014 foi aprovado dessa forma, com essas divisões. Os editais estão em apoio às ações ambientais, são 5 milhões. Desses 5 milhões, tem um recurso que é para aquisição de material permanente, para a contratação de consultoria e gastos do gênero. Sobre os 4 milhões 150 mil reais são para apoio aos convênios.

Cons. Luiz Ferrua: E de onde veio esses 4 milhões 150 mil? Porque eu entendi que 174 milhões é o valor que você vai gastar.

Secretário Executivo Rubens Borges: 174 milhões estão previstos para gastar. Porém nós temos a implantação dos ecopontos, a educação ambiental, a implantação de parques e unidades de conservação, então o dinheiro é todo dividido dentro do orçamento. Cada rubrica para uma determinada despesa. Para os convênios, o edital 9, 10, e possivelmente o 11, se conseguirmos lançar ainda este ano, caso nós tenhamos esses 5 milhões, tirando as outras despesas que são subdividas, sobre exatamente 4 milhões 150 mil para os convênios.

Cons. Luiz Ferrua: Quer dizer, você divide em duas partes, uma é para aplicação, vamos dizer que você divide 174 milhões, e a outra para o convênio, que são 5 milhões?

Secretário Executivo Rubens Borges: Dos 174 milhões eu tenho 5 milhões que são destinados para os convênios.

Cons. Luiz Ferrua: Entendi, ok.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então é uma parte desse recurso que é voltado para convênios.

Cons. Luiz Ferrua: Entendi.

Secretário Executivo Rubens Borges: Alguma outra pergunta?

Cons. Cristina: Eu faço parte do Conselho do FEMA, e eu queria chamar a atenção para a discrepância dos valores que foram aplicados para editais que são abertos à sociedade civil, e o valor que foi destinado a projetos de demanda da administração pública. É o que, 10 vezes o valor? 140 milhões contra 1,4 milhão, mais ou menos. Nós questionamos isso continuamente na



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

reunião do CONFEMA e eu quero trazer essa questão para o CADES. Aquele item, por exemplo, reforma e adequação de parques e unidades de conservação, operação, manutenção e conservação de parques, os pedidos da secretaria foram submetidos ao jurídico da própria Secretaria, que entendeu que não eram recursos aplicáveis com recursos do FEMA. O pedido foi encaminhado para a Procuradoria Geral do Município, que aprovou a utilização desses recursos. Em nome da nossa entidade eu continuo questionando, eu entendo que os recursos do FEMA não devem ser usados para cobrir deficiências de orçamento. A Secretaria teve realmente um corte radical no orçamento que foi solicitado, mas recorreu ao Fundo, que nasceu com outro objetivo. Para dar conta das obrigações da Secretaria me parece uma aplicação inadequada dos recursos do Fundo, que, como a gente viu conseguiu dar só 1,5 milhão para projetos da sociedade civil, para dois editais. Dois não, um edital?

Secretário Executivo Rubens Borges: O edital número 9 e alguns projetos do edital 8.

Cons. Cristina: O edital 9 e uns restantes do outro edital. O edital 9 é de 2011, quer dizer, nós passamos dois anos sem ter editais, vai sair agora mais um edital. Mas, em dois anos nós tivemos 1,5 milhão contra 140 milhões que foram destinados para a administração pública. Então eu quero deixar isso registrado, eu fui sempre voto vencido nas reuniões do CONFEMA, porque infelizmente o entendimento, as justificativas: não, mas os parques precisam ser atendidos, a segurança precisa ser atendida. Mas isso no entendimento da nossa entidade é obrigação das Secretarias, de todas as Secretarias, que devem cumprir essa obrigação com dinheiro do orçamento. Então nós estamos usando o Fundo para aplicações não previstas no Fundo. O ano passado aprovamos aqui no CADES, um item que dizia que esse dinheiro poderia ser usado para projetos de interesse ambiental. Ora, qualquer projeto tem interesse ambiental. Então a gente abriu uma porteira e eu peço atenção para essa questão para a gente não continuar usando o Fundo com projetos que tem que ser cumpridos com verba de orçamento. E aqui já está visto, quer dizer, para implantação de ecopontos é obrigação da administração pública, está na Lei Municipal de Resíduos Sólidos, é obrigação. Quanto ficou a implantação para editais? 5 milhões. De 174 milhões nós temos 5 milhões reservados para os editais. Então eu peço atenção do Conselho para o que nós entendemos ser um desvio inadequado, uma aplicação inadequada, indevida dos recursos do Fundo. Obrigada.

Orador não identificado: Rubens, uma última pergunta: esse orçamento, essa aplicação programa, é motivo de aprovação pelo CADES? Não é?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não, não. O orçamento, ele já foi aprovado pela Câmara Municipal. Esses valores são valores aprovados pela Câmara Municipal. Então na verdade é assim, o que eu trouxe para vocês, hoje, é um relatório do que foi feito dos recursos do FEMA ao longo de 2013, que não depende de aprovação, é mais uma prestação de contas das atividades do CONFEMA e do Fundo, para o CADES. Então independe da aprovação porque esse relatório já foi aprovado pelo CONFEMA. E esse recurso de 174 milhões, é o que está aprovado pela Câmara Municipal para aplicação em 2014.

Orador não identificado E a divisão desse recurso, por exemplo, você coloca para operação, manutenção e conservação de parques no valor de 66 milhões, que corresponde a 50% aproximadamente dos 174, certo? Quem foi o responsável por essa divisão?

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade existe aí uma expectativa de despesas ao longo do ano, e a gente colocou todas as despesas da manutenção dos parques, do dia a dia, no orçamento da Secretaria, prevendo já essas despesas. A Secretaria de Planejamento fez uma divisão em que colocou metade dos recursos do orçamento para a Secretaria contando com 174



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

milhões do FEMA. Isso foi levado por conta do parecer da Procuradoria Geral do Município, que nos permite a utilização desses recursos. Por um critério interno, a gente está optando por dar preferência aos parques que foram criados com recursos do próprio FEMA, das desapropriações, e por isso a manutenção desses parques é feita com esses recursos. Por quê? Houve um crescimento muito rápido da quantidade de parques por conta da utilização dos recursos de termos de compensação ambiental nas desapropriações, então foram criados vários parques. Só que o orçamento da secretaria não acompanhou o crescimento do número de parques, não foi na mesma proporção. Então nesse ano de 2013, a gente se deparou com a seguinte situação: nós tínhamos praticamente o dobro de parques abertos, e tínhamos o mesmo orçamento para lidar e fazer a manutenção de todos esses parques. O recurso que a gente teve, a falta de recursos financeiros nos levou a utilizar os recursos do FEMA para fazer a manutenção, pelo menos, dos parques novos, e acabou se misturando o dinheiro do FEMA com o da Secretaria na manutenção dos parques por conta disso. Mas é porque não houve um crescimento proporcional do orçamento com o número de parques. E para o orçamento de 2014, o raciocínio foi o mesmo, então se utiliza dinheiro da Secretaria para manutenção dos parques, mas contando também com parte dos recursos do FEMA para isso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Conselheiro Ângelo, com a palavra.

Cons. Ângelo: Ângelo, da SAL. Só um esclarecimento, eu não sei, o FEMA, eu não sei se através de lei, tem algum item específico de como pode ser utilizado esse dinheiro? E segundo, os créditos de carbono entram também nesse pacote ou não?

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos por partes, a lei que reestruturou o Fundo, a lei que criou e reestruturou, porque nesse item se repete, diz que os recursos do Fundo destinam-se principalmente a apoio de planos, programas e projetos que visem o uso sustentável, manutenção e conservação do meio ambiente. Isso de maneira geral. Então todos esses recursos que foram aplicados estão fundamentados na Lei 14.887. Como surgiram dúvidas, e havia uma discussão interna do próprio Conselho sobre a aplicação dos recursos, se poderia ser utilizado para a manutenção dos parques, o manejo dos parques, a vigilância, então o que a Secretaria fez? Precaveu-se, fez uma consulta para a Procuradoria Geral do Município, porque nenhum dos técnicos do Fundo e nem os conselheiros é advogado e pode afirmar o que deve e o que pode ou o que não pode ser feito, então nós consultamos o órgão máximo jurídico da prefeitura, que é a Procuradoria Geral do Município, que é da Secretaria de Negócios Jurídicos. E eles nos deram um parecer de que todo o recurso que entra no Fundo como receitas correntes, ou seja, multas ambientais, o uso de espaço público, diversas fontes de recursos que não são carimbadas, digamos assim, esses recursos podem ser utilizados para esse fim, para manejo dos parques, para vigilância, para obras e tal. Então o que nós temos como dinheiro que nós não podemos utilizar para outro fim, a princípio? Seria o crédito de carbono, que é um dinheiro específico, que tem uma origem específica, os termos de compensação ambiental, que por conta do Sistema Nacional de Unidade e Conservação também tem uma aplicação própria. Mas o restante das receitas, ele pode ser utilizado com base nesse parecer da PGM no manejo e na manutenção dos parques. E foi isso que a Secretaria cumpriu a risca, embora com algumas contestações internas no Conselho, mas que foram, por fim, aprovadas no Conselho. Os recursos do crédito de carbono, eles são específicos, são utilizados para obras e para projetos na região onde funcionam os aterros, isso foi uma deliberação do próprio CONFEMA, porém, já há dois anos que não temos leilão de crédito de carbono porque a cotação do crédito de carbono no mercado internacional está muito baixa. Para vocês terem uma ideia, o último leilão, a tonelada de carbono foi leiloadada a 3,20 euros. No penúltimo leilão foi 19,70 euros por tonelada. Então teve uma queda muito grande por conta da Rio+20 que estava acontecendo na época, por conta da crise econômica internacional, então vários fatores levaram a queda do crédito de carbono. Por esse motivo não



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

houve, nos dois últimos anos, leilão de crédito de carbono. E esse ano nós estamos na expectativa se vai haver ou não, ainda não está definido. Mas o crédito de carbono não é utilizado para outro fim.

Cons. Luiz Ferrua: Rubens, mais uma dúvida, uma pequena dúvida. Eu queria saber de você, Rubens, o que nós do CADES estamos fazendo aqui nessa reunião? Porque imaginava eu, nas minhas elucidações que nós teríamos algum papel a cumprir nesse orçamento... Nesse orçamento não, nessa imposição que nos foi colocado. Pelo que você disse isso já está decidido. Alguém decidiu em que nós vamos gastar 66 milhões e qualquer coisa, 50%, 60% de 174 em conservação de praça. Bom, eu gostaria de colocar isso para aprovação do CADES. Isso é possível, não é possível?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Senhor conselheiro, isso não é matéria de aprovação do CADES e os senhores estão aqui presentes não só para essa explicação, mas para a deliberação, que é o item seguinte das diretrizes anuais. Conselheiro Ivo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Era isso que eu ia falar, dentro desse orçamento, o próximo ponto de pauta seria estabelecer as diretrizes de utilização de recurso do FEMA pelo CADES. Então é aqui que entra o CADES na deliberação.

Cons. Ivo: Me chamou atenção à questão da implantação de ecopontos. Porque até então, no meu entendimento, era que a AMLURB que tocava essa implantação. Agora eu vejo uma questão interessante dentro do quadro colocado, que eu penso que o Conselho, aqui, deve fortalecer a Secretaria do Verde até no financeiro. Isso é um questionamento para que tenha mais dinheiro para a gestão da cidade. A partir do instante que nós passemos a usar para tudo o dinheiro do FEMA, o que vai acontecer? Nós estamos enfraquecendo a própria Secretaria. Então essa discussão de poderes na Secretaria, que é uma coisa que eu penso que o nosso Conselho tem como missão fortalecer, para que a gente possa dinamizar as ações da cidade.

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, os ecopontos por competência legal, ele é uma atribuição da AMLURB, que é quem gerencia os resíduos do município. Mas não deixa de ser uma questão ambiental. Então na verdade, a AMLURB e a Secretaria do Verde, nesse aspecto, eles trabalham em parceria, e aí nós temos a nossa responsabilidade na implantação dos ecopontos, por conta de coleta seletiva, na separação dos resíduos e etc.. Então a implantação do ecoponto, o FEMA vai entrar com parte dos recursos, eu acho que esse recurso aqui não é suficiente para implantar todos os ecopontos que a cidade precisa.

Cons. Ivo: Nós temos 17 pontos previstos para esse ano, pelo que eu estou acompanhando.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então a gente precisa de recursos para implantar os ecopontos. Assim a contribuição da Secretaria com relação à coleta seletiva, a criação dos ecopontos nessa parceria com a AMLURB é entrar com esses recursos. E aí também não seria correto a gente tirar dinheiro do orçamento do dia a dia da Secretaria para projetos novos. Como os recursos do Fundo se destinam à projetos que visem a conservação e a manutenção ambiental, entende-se que os ecopontos caibam aqui com utilização de recursos do Fundo.

Cons. Ivo: Com a sua permissão eu quero dar a palavra primeiro...

Cons. Alexandre Falcão: Bom dia, eu sou Alexandre Falcão, da Associação Alma, eu sou conselheiro do CADES no CONFEMA. Pelo entendimento que nós tivemos na última reunião do CONFEMA, apesar de nós não podermos exatamente mudar o que foi aprovado na Câmara, nós



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

poderíamos fazer solicitações, até porque há mais recurso no FEMA do que o aprovado para o orçamento desse ano. Então o orçamento disponível provavelmente será maior do que o aprovado para a Câmara, que nós poderíamos utilizar. E aí nesse sentido, apesar de não concordar exatamente com a Cristina, e a Associação também não concordar, que em alguma medida teria as receitas correntes, pelo entendimento que nós tivemos da reunião nós concordamos que possa ser usado para a manutenção dos parques. Mas nos preocupam algumas disparidades, de valores. Por exemplo, para a implantação de parques, pelo orçamento da Câmara nós temos somente quatro milhões esse ano, que é menos de 10% do que nós teríamos para conservação, enfim, para a segurança, para a manutenção desses parques. Eu entendo que a gente não possa “investir irresponsavelmente” mais do que temos capacidade de depois dar suporte para manter, mas ao mesmo tempo, eu já disse isso na reunião do CONFEMA, há uma demanda das comunidades pelas novas áreas, para novos parques, áreas verdes com potencial ambiental importante, e que estão também sob ameaça de ocupação, ameaça de especulação imobiliária, que, portanto, a gente poderia indicar de alguma forma, não sei se aqui pelo CADES, pelo CONFEMA, mas, enfim, que a gente indicasse uma revisão desse orçamento para aumentar o valor destinado a criação de novas áreas verdes. Não estou dizendo que seja na mesma proporção dos anos anteriores, mas que 4 milhões seria muito pouco. E também ainda em relação a editais, aí concordo absolutamente com a Cristina, para o ano passado foi, eu acho que é 1%, 100 vezes mais o valor destinado de projetos da própria administração em relação a projetos de convênio com a sociedade civil. Pelo entendimento da reunião, também anterior, do CONFEMA, pela explicação da conselheira da SEMPLA, nós poderíamos utilizar para projetos conveniados com a sociedade civil não só os 5 milhões que estão ali naquele item de apoio a ações ambientais, mas também uma parcela do valor que se encontra dentro da implantação de projetos ambientais, que tem ali os 22 milhões. Então é uma coisa para se pensar para o próximo edital, que se for de educação ambiental, que a gente não precisaria restringi-lo acerca de um milhão e pouco, que nós poderíamos, sim, solicitar um valor bem mais considerável para esse edital na medida em que a gente pode tirar também de outro item. Então só para pensarmos isso. E pensar essa questão também da reestruturação desse orçamento, como foi aprovado pela Câmara. Obrigado.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só um detalhe, esses 174 milhões que foram aprovados, o orçamento é feito em julho do ano anterior. Então em julho do ano passado, nós tínhamos cerca de 170 milhões na conta corrente do Fundo, financeira. Ao longo do último semestre houve novas arrecadações e o Fundo tem hoje cerca de 230 milhões depositados efetivamente na conta. Então esses valores aqui, só respondendo ao conselheiro Alexandre, esses valores podem ser alterados, porque existe um mecanismo no orçamento que é chamado de suplementação de dotação. Então a gente pode pedir um recurso a mais por excesso de arrecadação. Ou seja, o Fundo arrecadou mais do que ele previu no orçamento, então nós podemos solicitar a SEMPLA, a Secretaria de Planejamento, que altere o valor ou que acrescente algum valor no nosso orçamento. Então esse 174 milhões, inicialmente, foram aprovados, mas a gente pode estar alterando esse valor na medida da necessidade. Com relação à quantidade de recursos destinados aos projetos das entidades da sociedade civil e os da Secretaria, a gente tem que levar em consideração dois aspectos. Primeiro, lançamos um edital com um valor estimado para financiamento do projeto, porque não sabemos quantos projetos e em que valores eles serão apresentados. Então estimamos um valor com base no histórico. Por exemplo, sabemos que quando lançamos um edital de educação ambiental, o número de projetos é maior do que quando se trata de um tema específico como resíduos sólidos, agricultura urbana. Então se tem esse histórico, e com base nele que definimos os valores, esse é um aspecto. O outro aspecto é a questão do corpo técnico para acompanhar esses projetos. Quando a sociedade civil apresenta um projeto e firma um convênio com a Secretaria, é destacado dois ou três funcionários para acompanhar aquele projeto. No caso das propostas da Secretaria, existe toda uma estrutura da



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Secretaria, principalmente do DEPAVE, no caso da manutenção e manejo dos parques, que já tem um corpo técnico específico para acompanhar aqueles processos, fazer as medições E verificar se os serviços estão sendo executados. Então a capacidade de fiscalização também é muito maior. E o custo de manutenção de um parque é muito maior do que um custo de uma implantação de um projeto de 12 meses, 18 meses, como costuma aparecer, o custo é muito diferente. Essa desproporção, até por conta desses fatores, não é uma coisa que é assim: porque nós somos a Secretaria, então vamos usar a maior parte dos recursos para a Secretaria. Não é esse o critério. Outro aspecto que eu levanto sempre, e que foi colocado, inclusive, na última reunião do CONFEMA, é de que um Fundo, seja ele de Saúde, Meio Ambiente, Cultura, um Fundo bem administrado é um Fundo que não tem recursos no caixa. Por quê? É sinal de que a população está se beneficiando desses recursos. A prefeitura não tem interesse em fazer poupança. Não interessa para o município ficar guardando dinheiro e a população ficar necessitando de algum serviço. Quando aplicamos esses recursos na manutenção de um parque e disponibiliza aquele espaço, principalmente em áreas periféricas, onde os recursos de lazer são muito escassos, então o parque se torna uma referência naquele local. Quando nós disponibilizamos recursos do Fundo para oferecer uma área nova, ou para oferecer uma área que possa ser frequentada para a população, no meu entender, pessoal, não é nem entender da Secretaria, mas é uma forma de você disponibilizar bem esse recurso, de aplicar bem esse recurso. Então não adianta eu falar aqui para vocês: temos um fundo com R\$ 200 milhões na conta, e a população carecendo de parques, de áreas verdes, de novos projetos, de educação ambiental, de ciclovias. Então não faz muito sentido. Acredito que quanto mais a gente puder utilizar esses recursos, e só com editais de financiamento de projetos para a sociedade civil a gente não tem capacidade de executar todo esse recurso, quanto mais pudermos utilizar esse recurso melhor nós estamos utilizando o Fundo. Mais alguma questão?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, sem nenhuma questão passaremos para o segundo item da ordem do dia. Rubens, com a palavra, para a deliberação sobre as diretrizes anuais para utilização dos recursos do FEMA para 2014.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então temos aqui a proposta de diretrizes para a utilização de recursos do FEMA, e agora atendendo ao Luiz Ferrua. A Lei 14.887 no artigo 32, ela diz que compete ao CADES estabelecer as diretrizes de utilização de recursos do FEMA, respeitado o orçamento aprovado pela Câmara Municipal, e em conformidade com a Política Municipal de Meio Ambiente. Então normalmente trazemos as propostas, as diretrizes, com base nas diretrizes aprovadas no ano anterior, e esse Conselho discute se mantém, se altera, se acrescenta, estamos colocando aqui a nova proposta. Então para o exercício de 2014, nós temos: proteção à biodiversidade, fauna e flora, áreas verdes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Rubens, eu sei que todos os conselheiros receberam, mas não tem como ampliar um pouco o que está aí no quadro? Os conselheiros receberam, não é?

Secretário Executivo Rubens Borges: Então como proposta de utilização de recursos do FEMA, nós temos aí a proteção da biodiversidade, fauna e flora, áreas verdes e parques urbanos, lineares e naturais. Eu acho que aí atende a demanda do conselheiro que falou em preservação da biodiversidade logo no início. Segundo item é a proteção a recursos hídricos. Terceiro, a melhoria da qualidade do ar; mudanças climáticas; eco-economia; expansão, manejo e conservação de áreas verdes; unidades de conservação e parques urbanos lineares e naturais; fortalecimento do sistema de fiscalização do controle da SVMA; educação ambiental, cultura de paz e mediação de conflitos socioambientais; apoio ao uso de energia renovável no sistema de transporte coletivo; edificações e demais sistemas urbanos; apoio ao uso de modalidade não motorizada de transporte; apoio à política de implantação de ecopontos, de reciclagem,



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

reutilização e redução de resíduos sólidos na cidade de São Paulo; apoio a estudos em intervenções de minimização de emissões de gases do efeito estufa na cidade de São Paulo; apoio as políticas de incentivo a sistemas produtivos de menor impacto ambiental; apoio a políticas habitacionais necessárias a implantação de áreas verdes e proteção a áreas de relevância ambiental; apoio ao uso de modalidade alternativa de transporte sustentável. Apoio a políticas de incentivo a políticas ambientais incluindo estudos, inventários, diagnósticos e projetos de adequação ambiental, de propriedades urbanas e rurais; apoio a criação de implantação e implementação de reservas particulares de patrimônio natural, RPPNs; apoio a implementação de sistemas de informações para ampliar a divulgação dos resultados da rede de monitoramento de precipitações meteorológicas, incluindo inventário e diagnósticos necessários; e apoio a estudo a projetos para subsidiar políticas públicas relacionadas ao adensamento construtivo e impermeabilização do solo, e a conseqüente produção das ilhas de calor urbano no município de São Paulo. Então eu pergunto se tem algum comentário ou alguém gostaria de fazer alguma observação. Conselheira Ângela.

Cons. Ângela: Eu só gostaria de solicitar, se fosse possível, no item fortalecimento do sistema de fiscalização e controle da SVMA, nos moldes solicitados o ano passado, referente a 2013, a inclusão também da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, considerando que aqui nós representamos a Guarda Civil Metropolitana, e nas ações, principalmente, da Guarda Ambiental.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então ficaria assim: o fortalecimento do sistema e fiscalização da SVMA e Secretaria Municipal de Segurança Urbana.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra o conselheiro Eduardo.

Cons. Eduardo: Senhoras conselheiras e conselheiros, bom dia. A minha sugestão é no sentido de se tentar conseguir uma maior eficácia na destinação desses recursos, me parece que o número de itens é um tanto exagerado. Eu acho que nós poderíamos fazer um exercício e tentar diminuir essas linhas de possíveis financiamentos, para ter mais eficácia, colocando mais dinheiro em ações efetivamente mais relevantes.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mais algum conselheiro ou conselheira? Senhor Ângelo, por favor.

Cons. Ângelo: Rubens, um esclarecimento, pode ser que eu passei despercebido. Na primeira apresentação, onde você falava dos valores, tinha destinado R\$ 100 mil para criações de viveiros. Aí agora nessa segunda parte, onde entraria o viveiro.

Secretário Executivo Rubens Borges: Ele pode ser enquadrado em proteção à biodiversidade, uma vez que o viveiro tem a função de reproduzir mudas e criar novas mudas, para o plantio e replantio. Então poderia ser enquadrado em proteção a biodiversidade, fauna e flora.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza, senhor conselheiro, por gentileza, a gente daria preferência aos conselheiros titulares sentados à mesa. Com a palavra.

Cons. Cristina: Eu concordo com o Eduardo, isso aqui pulveriza um pouco as ações, os objetos das ações, e meio que cabe tudo. De certa forma é bom que caiba tudo, mas precisava ser um pouco mais direcionado. Com relação a duas questões: no ano anterior, nós tivemos aprovação de 32 milhões, se não me engano, para desapropriações. Então eu queria saber Rubens como isso aqui já está vinculado com outras ações para agora. Quer dizer, desapropriações propriamente para implantação de áreas de conservação, parques e áreas verdes. Então em que



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

itens desses aqui, entraria o que já foi investido o ano passado para desapropriações. E outra questão, eu gostaria de solicitar, porque várias dessas questões têm relação, assim como tem relação com a Secretaria de Segurança Urbana, tem relação com a AMLURB. Toda a implantação de ecopontos e fiscalização, dessa coisa de manejo e tal, está vinculada a AMLURB. Nós já pedimos anteriormente a presença da AMLURB, do manejo dos resíduos sólidos, você é da AMLURB, Júlia. Porque a AMLURB tem a obrigação de implantar os ecopontos. Os ecopontos casualmente, nós temos a observação de que não estão funcionando a contento. E eu gostaria de pedir que esse Conselho observasse de que maneira vai ser adequada a ação da AMLURB com relação aos ecopontos, particularmente, mas com a ação geral de resíduos sólidos, a nova política, a nova Lei Municipal de Resíduos Sólidos. Nós temos contratos em andamento que não estão compatíveis com o que determina a lei, especificamente com relação ao funcionamento dos ecopontos. Então eu queria solicitar até, uma vez que nós estamos aprovando essas diretrizes, que a AMLURB faça essa discussão, para explicar para a gente como está funcionando essa adequação, essa compatibilização? Se é que está funcionando. Obrigado.

Cons. Júlia: Bom, a AMLURB numa parceria, inclusive, com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, entre outras, vem desde o ano passado reelaborando o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade de São Paulo. Nós viemos de um processo participativo para essa construção, foram 56 etapas preparatórias, e depois a Conferência de Meio Ambiente, que discutiu justamente o tema implementando a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Além desse processo participativo, foi criado por meio de um Decreto um Comitê Intersecretarial responsável pela política municipal de resíduos, composto por 10 Secretarias, e que também é subsidiado por 5 grupos de trabalhos temáticos, inclusive um deles, o grupo 4, responsável pela elaboração de ações para o manejo correto dos resíduos da construção civil, resíduos volumosos e outros. Então nós estamos em fase final de elaboração de um novo planejamento para a gestão dos resíduos para a cidade toda, que inclui diversas diretrizes, inclusive para a adequação do funcionamento dos ecopontos, mas não só, vai muito além disso. Se quiser eu estou à disposição, não sei se esclareci.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então esclarecida a questão dos ecopontos, com relação às desapropriações Cristina, ela entraria em apoio, expansão, manejo e conservação de áreas verdes, unidade de conservação e parques urbanos lineares e naturais. Quando a gente fala em expansão de áreas verdes inclui as desapropriações para a implantação de novas áreas verdes. Já foram feitas e enquadradas nesses itens das diretrizes. E lembrando que no caso dos ecopontos e tudo, cada projeto, cada proposta que a AMLURB fizer para a criação de um novo ecoponto passa pela análise da Comissão de Avaliação Interna da Secretaria, e é submetida à deliberação do Conselho do Fundo. Mais alguma pergunta? Então acho que tem que ir para a votação.

Secretário Adjunto Manoel Victor: Não, eu queria considerar porque o conselheiro Eduardo Della Manna colocou a questão da multiplicidade, vamos dizer, da aparente pulverização aí das perspectivas dentro das diretrizes. É esse tipo de argumentação e também de discussão aconteceu exatamente no ano passado na primeira reunião do CADES. E naquela oportunidade o que foi considerado, quer dizer, grande parte do que está aí, praticamente a totalidade é uma transcrição do que aconteceu de aprovação das diretrizes para o ano de 2013. O que foi mudado de 2012 que foi importante é que vários dos itens ficaram como apoio. Isso é importante porque anteriormente estava em implementação de ações que a gente entendia, e o CADES entendeu que os recursos, a função de utilização dos recursos do FEMA, no que compete a questão do meio ambiente, é apoiar essas políticas e apoiar a implementação dessas modalidades, de uso e educação ambiental. Apoiar no sentido de que não é implementar totalmente, mas fazer apoio através dos recursos. E naquela oportunidade também aconteceu o seguinte, como são diretrizes



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

gerais, a dificuldade de se restringir a quantidade – pode-se tentar até fazer esse exercício – é que pode ser que a gente não deixe as diretrizes com a função de diretrizes. Ou seja, serem amplas no sentido de abraçar todas as possibilidades previstas na lei para a utilização do Fundo. Corre-se, eventualmente, o risco de se deixar de lado alguma das ações aonde poderia ser implantado, deveria ser implementado os recursos para a preservação das condições de recursos hídricos e ambientais, com a restrição dos títulos. É lógico que, se, considerar que é importante essa discussão, eu creio que nós teríamos que fazê-la ainda hoje, de qualquer maneira, uma vez que, enquanto as diretrizes não forem aprovadas pelo CADES fica paralisada toda a utilização dos recursos dentro do FEMA e, por conseguinte das reuniões do CONFEMA. Então projetos importantes da própria sociedade, de implementação desses recursos ficam paralisados enquanto o CADES não decidir pelas diretrizes, e não deliberar e não decidir quais são as diretrizes. Então não sei se mais algum conselheiro vai fazer uso da palavra. Eduardo, para que nós possamos esclarecer melhor essa questão com relação à nomenclatura das várias ações das diretrizes.

Cons. Daniel: Na verdade o que eu queria propor, como se fosse uma alternativa a questão da gente restringir a lista, mas além da prioridade, o Decreto atualmente vigente, que é o 52.153, no artigo 6º, eles estabelece que: ao CADES compete além de estabelecer anualmente as diretrizes de alocação dos recursos do FEMA, também estabelece as prioridades nos programas de alocação. Então me parece que ao invés da gente restringir a lista, eu acho que agente poderia estabelecer, além das diretrizes, estabelecer um rol de prioridades. Então ficariam todos estabelecidos, as possibilidades, mas a gente destinaria, colocaria o que o CADES entende que é prioritário dentro dessa lista. E aí não está com a situação abarcada com um todo, mas com uma diretriz mais efetiva estabelecendo esse rol de prioridades, que está previsto no artigo 6º do Decreto.

Cons. Eduardo: Secretário, eu não quero me alongar nesse tema, foi apenas uma sugestão, eu absolutamente confio no bom senso dos conselheiros do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Eu só quero insistir, mais uma vez, no seguinte aspecto: o município hoje atravessa uma situação de escassez de recursos, a cidade enfrenta esse problema. É absolutamente importante que nós busquemos eficácia nas nossas decisões, principalmente nos nossos investimentos. Eu acompanhei atentamente as discussões, as diversas oficinas realizadas visando à revisão do Plano Diretor Estratégico, e me chamou muito a atenção a percepção da sociedade de como os recursos do FUNDURB foram pulverizados em diversas pequenas ações. Todos foram pegar recurso no FUNDURB, para pequenas ações. A cidade não ganhou efetivamente nada com isso, e nenhuma obra significativa foi feita, porque os recursos foram pulverizados, e a própria população percebeu isso. Eu acho que nós não devíamos correr o mesmo risco com os recursos desse Fundo de Meio Ambiente. Mas insisto, reconheço a capacidade e confio no bom senso dos conselheiros.

Cons. Sérgio: Desculpe Eduardo, mas pelo o que os demais conselheiros falavam, Sérgio Krichanã Rodrigues, Chefe de Gabinete e conselheiro. Eu proponho, até em nome da governança, que a gente faça um balanço, um período de quatro meses, seis meses, para saber efetivamente onde os recursos estão sendo aplicados. Isso já mostraria uma tendência para que pudesse nortear, inclusive, aplicação nos exercícios seguintes. Quer dizer, eu imagino, como foi dito, que isso já vem de um elenco grande de medidas, apesar dela não ser, como se diz exaustiva, ela pelo menos abarca bastante aspectos. Mas, vamos dizer, existe um histórico disso, salvo engano, de como esses recursos têm sido aplicados, se eles pudessem ser identificados ali. Isso demonstraria uma tendência, não digo que talvez evite a pulverização que o conselheiro Eduardo Delamana se referiu, mas pelo menos mostra uma tendência na aplicação do recurso e para quem, como você disse aí, da governança, possa ser um elemento de diretriz de aplicação futura disso. É uma sugestão apenas.



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Ângelo: Bom, eu acompanho as palavras do secretário adjunto, o senhor Manoel, e acrescento o seguinte: às vezes há um pequeno projeto, que você pensando, para a cidade como um todo não é tão significativo, mas ele se torna significativo para aquele segmento, para aquela região. Visto que no FEMA 9 foram aprovados diversos desses pequenos projetos que estão ajudando muitos segmentos que necessitavam e necessitam desse apoio. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mais algum conselheiro gostaria de fazer o uso da palavra.

Cons. Alexandre: Até para poder encaminhar junto ao CONFEMA, na medida em que eu sou representante do CADES e parte do CONFEMA também, uma observação e uma pergunta correlata. Concordo que as diretrizes também tenham que ser amplas, e as prioridades, Daniel, já estão estabelecidas na medida em que o orçamento aprovado ele traz cada rubrica com um determinado valor, então, em certa medida. Aí a minha pergunta seria: se nós quisermos, se os conselheiros do CADES concordam com a observação anterior que eu fiz com relação à implantação de novos parques, seria importante ter mais recurso para isso, e mais recursos para edital da sociedade civil, eu não estou dizendo que tenha que ser um valor enorme, mas que tenha que aumentar. Como a gente poderia proceder aquela solicitação de alteração, já que o orçamento foi solicitado em julho do ano passado, e provavelmente vai sobrar recurso? Qual é o procedimento que a gente tomaria?

Secretário Executivo Rubens Borges: Só esclarecendo, à medida que exista demanda da implantação de novas áreas verdes, novos parques, essa demanda, tem que ter um projeto que é encaminhado para o setor de finanças da Secretaria, Departamento de Administração e Finanças, que vai avaliar se existe recursos na dotação. Não havendo recurso na dotação, e sendo uma das prioridades, o próprio departamento de administração e finanças pede a suplementação do recurso. Só depois que a gente tiver o recurso é submetido ao CONFEMA. Porque não adianta o CONFEMA aprovar um projeto e depois não ter recurso para executar. Então tem todo um processo antes da deliberação do CONFEMA e uma manifestação expressa no processo, se existe recurso disponível para aquela proposta. Então a Secretaria pede a suplementação de recursos, em sendo liberado esse recurso, a gente submete ao CONFEMA. Depende muito da demanda, e essa demanda não dá para prever porque ela depende do projeto. E às vezes têm alguns projetos que já estão em andamento, já em fase final, outros estão iniciando. Então não temos uma visão clara de quantos e quais projetos serão submetidos ao CONFEMA para a implantação. Mas sempre que for solicitado, essa suplementação também é solicitada à Secretaria do Planejamento.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: A senhora que falar conselheira? Por gentileza.

Cons. Beatriz: Só um comentário, eu acho que neste momento nós estamos precisando que a sociedade civil, não a sociedade civil organizada, o cidadão comum, tome consciência do seu dever com a cidade. Então pequenas verbas, por exemplo, para catadores de lixo, pequenas verbas para um zelador de parque, são muito importantes. Não precisamos de grandes obras. Infelizmente até, quando vemos grandes obras como estádios, não estão sendo executados. Então é um Fundo que eu acredito muito importante ser usado pela sociedade civil para ações educativas, uma ação em um parque ensinando as crianças que não podem jogar lixo, que o lixo tem que ser jogado no lugar certo, em volta de um córrego, que não se pode jogar coisas em um córrego, que o córrego, nós temos que fazer o possível para ficar limpo. Essa educação não está chegando para o povo. E eu acho que o FEMA seria uma ferramenta fundamental para que essas ações sejam feitas.



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Conselheiro Eduardo.

Cons. Eduardo: Na verdade eu concordo com a maior parte das falas, eu só queria colocar aqui, essa questão de participação na sociedade. Nós vivemos um momento único nessa cidade, quando já no dia 25 o prefeito deu posse a 1.113 conselheiros do Conselho Participativo. Que são nada mais do que representantes da sociedade, dentre eles não há nenhum funcionário público, que é vedado, nenhum estrangeiro, ou seja, alguém que realmente vive a cidade, e mora nessa cidade. E as demandas devem vir a partir daí, das subprefeituras. E essa questão de identificar as necessidades, eu acho que é um grande avanço para você ver, não só a participação, como conhecer o problema de cada região de São Paulo. A questão dessa lista ampla de intervenções, de ações previstas, eu acho que ela é benéfica, porque ela não engessa o Conselho. O Conselho é deliberativo, aqui nós estamos deliberando diretrizes não só para a aplicação de recursos. Os recursos do FEMA são oriundos as multas, das coisas que você realmente sabe que vai acontecer. Então tudo o que o FEMA pode fazer é usar recursos para apoiar iniciativas que são necessárias para mitigar problemas ambientais, e também estabelecer regras e atender questões pequenas mesmo, que eventualmente não tenha uma visibilidade na cidade, mas que atende uma comunidade, uma localidade que pode estar sofrendo algum problema por contaminação de água, de solo. Então eu acho que o poder público não pode só pensar em grandes obras que dê visibilidade, porque a população de 11 milhões 230 mil habitantes está espalhada pela cidade, e não são as grandes obras que dando visibilidade resolverão o problema dessa cidade que é uma megalópole. Eu concordo que se deva fazer as coisas maiores, eu concordo com o que o Eduardo Delamana disse, mas também tem que ter um olhar mais contemplativo para essas questões menores, que eventualmente estejam criando sérios problemas para as comunidades, vulneráveis, e que estão à margem, muitas vezes, das políticas públicas até então estabelecidas na cidade.

Cons. Ivo: Ivo, Câmara Regional. Eu concordo plenamente com a colocação da conselheira Beatriz, e vejo que chamamos assim, o olhar comunitário, eu falo hoje como também do Conselho Participativo, mas quando, trabalhamos comunidades há muito tempo. E nós temos os CADES Regionais que poderiam trazer projetos sem custo adicional para a tal ONG, ou projeto local na questão ambiental para se colocasse verba, fortalecendo as ações das subprefeituras por intermédio. É um conjunto de trabalho a ser pensado. Eu tenho um modelo interessante que a Júlia, da AMLURB está iniciando um trabalho que nós participamos, de seminário, na época da Conferência, que tratou da questão do úmido, da questão do resíduo de feira, do reaproveitamento para a compostagem. São parcerias que são interessantes que a Secretaria do Verde esteja envolvida. E são ferramentas pequenas, que o impacto que se produz é muito grande. Quer dizer, a visibilidade das ações vem através de ações. Por isso eu tenho esse olhar, se houver a possibilidade de adequar para atender, estimular os conselheiros regionais a ter um olhar mais claro na questão do verde e meio da sua região, e também parcerias como essa que a gente está... Eu estou em um grupo de trabalhos volumosos da AMLURB, para quê? Para que se reaproveite. Então tem muitos projetos que são interessantes a parceria. Não são imensos, mas tem aquela coisinha pequena que dá um impacto enorme. Obrigado.

Cons. Eduardo: Quando eu falo em eficácia, absolutamente eu não estou falando em grandes obras. Eu acho que não existe relação nenhuma entre eficácia e grandes obras, pelo contrário, eu não defendo grandes obras, eu defendo pequenas obras eficazes. Por exemplo, 4 milhões de reais destinados à criação de novos parques. Eu fiz uma conta, se nós calcularmos... o município não vai ter, o prefeito já falou: “*não terei recursos para desapropriação de áreas urbanas visando à criação de novos parques.*” Ele já falou isso mais de uma vez. Nós estamos destinando 4 milhões para a criação de parques. Vamos calcular um custo bem baixo de 500 reais o metro quadrado para a desapropriação, que é um custo ridículo. Ridículo. Nós teremos apenas 8 mil m²



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

de novos parques urbanos. Nesse sentido, eu acho que valeria até a pena o departamento de planejamento da Secretaria estudar a implantação de *pockets parks*, pequenos parques, incrustados nos bairros da cidade de São Paulo. É uma ação que não é uma grande obra, não é um grande parque urbano, mas teria uma eficácia muito maior dentro das comunidades. Então eu gostaria de deixar clara essa posição. Eu não estou defendendo grandes obras, pelo contrário.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, nós temos três propostas: a do conselheiro Eduardo, a do conselheiro Daniel, e a proposta apresentada pelo CADES. Então, Daniel, você gostaria de falar sobre a sua proposta, para que possamos colocar aqui?

Cons. Daniel: A minha proposta foi colocada no sentido de tentar colaborar e a gente encontrar aí um direcionamento. Como parece que a questão se posicionou de outra forma, eu retiro a minha proposta para que a gente possa focar em alguma das demais e conseguir estruturar aí um processo de votação.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Muito obrigado.

Cons. Eduardo: Eu também não tenho proposta, eu retiro a minha. Mas eu coloquei o que parece importante para a reflexão dos conselheiros, principalmente daqueles conselheiros que fazem parte do CONFEMA.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Conselheiro Ângelo.

Cons. Ângelo: Só talvez para estar ajudando. E, a respeito do que o Ivo falou, eu não sei se o Rubens ia responder alguma coisa, então eu fiquei aguardando, primeiramente. Essa questão que falou, do CADES poder levar. Lembrar o Ivo, o Rubens me desminta se eu estiver falando alguma inverdade, se não me engano, a subprefeitura a qualquer momento pode estar enviando projetos. Então eu acho que os CADES Regionais têm que aproveitar mais essa brecha para conversar com o seu subprefeito para que seja feito projeto no qual a Subprefeitura possa estar apresentando. E a outra eu vou deixar para depois, quando eu vou pedir... Então era mais isso, para essa questão mesmo, de se usar mais as Subprefeituras para estar elaborando projetos em conjunto.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Rubens, com a palavra. Vamos pôr então em votação e aprovação.

Secretário Executivo Rubens Borges: O senhor Ivo realmente tem até conhecimento por experiências anteriores. As Subprefeituras, como qualquer outro órgão, assim como nós está fazendo a parceria com a AMLURB na implantação de ecopontos e com outras Secretarias, as Subprefeituras também podem fazer propostas de utilização de recursos do FEMA para os seus projetos que tenham cunho ambiental, e que tenham retorno. Então os Conselhos das Subs podem estar encaminhando isso para o CONFEMA. Lembrando que todos os projetos que são apresentados ao Fundo, ao CONFEMA, eles passam por uma avaliação técnica, inicialmente, onde é avaliado a viabilidade da aplicação daquele recurso naquele projeto, e depois é submetido ao CONFEMA que delibera por sua aprovação ou não. Então essa é a rotina. Então todas as Subprefeituras podem apresentar os projetos a qualquer tempo. Esse recurso não é de uso exclusivo da Secretaria do Verde, por isso que a gente faz parceria com a AMLURB, com Subprefeituras, com Secretaria de Transportes, com outras Secretarias também.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vamos para a aprovação.



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, de proposta concreta de modificação, nós temos a sugestão da conselheira Ângela, que acrescentou a Secretaria de Segurança Urbana em um dos itens. Eu acho que de concreto, ficou só como alteração das diretrizes, é isso?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Exato.

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu acho que pode ir para a votação.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pode fazer a votação.

Secretário Executivo Rubens Borges: Aos conselheiros que são favoráveis a aprovação das diretrizes para ao CONFEMA no exercício de 2014 permaneçam como estão. Então está aprovada as diretrizes para ao CONFEMA no exercício de 2014 por unanimidade.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, nós temos agora... um minuto só.

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Eu queria também fazer um esclarecimento para o Eduardo, para os conselheiros, que existe uma possibilidade até na proposta dele, de se pensar, embora o recurso previsto realmente pela administração é muito mais para a conservação das áreas já implantadas, já que houve, como o Rubens falou, um incremento muito grande num período anterior agora, de parques. E não adianta, como os senhores sabem, implementar qualquer tipo de benefício à população, e não ter como preservá-lo e mantê-lo. Então realmente a verba destinada à implementação de novos parques é pequena. O que não significa que a gente não consiga, com gestão, dentro das Secretarias, com os recursos que estão dentro da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, propor e conseguir implementar, por exemplo, parques lineares ou outros parques, através dos termos de compensação de compromisso ambiental. Isso é possível desde que haja aprovação na Câmara de Compensação Ambiental, fazer com que empreendedores que tenham que trazer esse recurso, esse benefício em função dos seus empreendimentos para a cidade de São Paulo, possam ser esses recursos direcionados para a implementação até de *pocket parks* ou de coisas específicas sim. E até para a complementação de parques ou de recursos para a implementação de parques que não estão previstos, vamos dizer, nessa verba destinada aí dentro do FEMA. Então há uma possibilidade realmente de gestão, de mesmo com esse recurso muito exíguo para a implementação de parques, que com esse tipo de instrumento e de gestão a gente possa fazer a implementação de parques. É lógico que mantendo, principalmente, aqueles já existentes. Há essa possibilidade.

Cons. Eduardo: Em complementação a fala do secretário Manoel Victor, eu gostaria de fazer um registro, e também exatamente em linha ao que ele disse, os recursos são extremamente exíguos e nós não temos a menor condição de implantar qualquer parte com esses recursos. Mas as obras de drenagem, por exemplo, a cidade tem previsto 79 projetos de drenagem. Muitos deles serão feitos, aqueles maiores, serão feitos e ali serão implementados os parques lineares. É o caso, por exemplo, do Aricanduva. Então recursos do FEMA talvez venham a ser necessários para que venham subsidiar financeiramente o verde, para poder manter esses novos parques que nós teremos na cidade, em função de reservatórios, piscinões, contidos em obras de drenagem, que deverão, a médio prazo, mitigar em alguns lugares, eliminar em outros as enchentes que a gente verifica aqui em São Paulo, por ocasião do verão.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, passamos agora a sugestão de inclusão de pauta para essa reunião, o conselheiro Ângelo, da Proteção de Biodiversidade.



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Ângelo: Novamente Ângelo, Sociedade Ambientalista Leste. Dentro de muito trabalho que a SAL faz, principalmente na região leste, um deles, nós somos do Conselho Gestor da APA Fazenda do Carmo. Eu inclusive enviei uma cópia para o senhor Manoel, para o Damasceno e para o Milton, que são as pessoas aqui dentro da Secretaria sobre esse assunto, que mais estão diretamente ligados, passei para vocês também. Só que eu recebi um telefonema assim que a reunião estava começando, esse ofício estava sendo protocolado agora cedo na Secretaria, mas por solicitação de alguém da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, vai haver uma pequena modificação, mas que no contexto todo não vai modificar. Eu não vou ler esse ofício porque é muito longo, mas somente citar algumas partes. A questão é o plantio de cerejeiras no Parque do Carmo. Nós, do Conselho da APA do Carmo, fomos surpreendidos pela informação, isso ainda ano passado, do qual a Federação Sakura Ipê iria plantar mais mil mudas de cerejeiras no Parque do Carmo, esse parque que está inserido dentro da APA do Carmo. Foi iniciada com duas mil e poucas mudas quando foi praticamente criado o Bosque da Cerejeira, e ao longo desse tempo foi aumentando, e com esses mil vai chegar a cinco mil e poucos. Essas mudas estão concentradas no Bosque da Cerejeira, e quando nos foi apresentado não existe nenhum projeto, o que o pessoal da Federação estava pretendendo fazer, nós ficamos surpreendidos, com mudas de cerejeiras sendo colocadas ao lado de mudas nativas. E outros casos, segundo o pessoal da Federação, que estava conosco reunido agora, dia 06, no Parque do Carmo, eles vão em algum caso ter que tirar mudas nativas para colocar a de cerejeira. Ora, nós do Conselho, nós não temos o poder de impedir uma ordem da Secretaria que não seja realizada. Mas por outro lado, para qualquer tipo, inclusive esse aí que são mil mudas, e diretamente entrando em conflito com mudas nativas, e é uma das grandes áreas remanescentes de mata atlântica na zona leste, sem plano nenhum. Porque o que falaram é o seguinte: “nós vamos tirar daqui depois nós vamos ver aonde tem espaço, e nós vamos colocar.” E na sexta-feira, a gente aguardava alguém da Secretaria do Verde, mas era o Evandro, que até então estava respondendo. Nós compreendemos que o doutor Milton voltou ao posto dele, mas por compromisso já assumido anteriormente, ele não pôde comparecer, e no caso ele solicitou ao diretor do parque, o senhor Jesus, que o representasse. Infelizmente, o Jesus, no dia anterior, querendo pegar um vaso muito pesado, teve um problema muscular, ele só iniciou a reunião e precisou sair. Então o que a gente queria é o seguinte, eu acho que projetos, eventos desse porte, não podem ser feitos sem uma organização. Porque, inclusive estava o engenheiro agrônomo representando a Federação, e na realidade ele é o produtor das mudas. E estava muito preocupado com uma ação nossa, do Conselho da Sociedade Civil, ele teria prejuízo nessa questão, de pelo menos 400 mudas que já estavam prontas para ser colocadas no local definitivo. Até ele nos solicitou, mas não somos nós que iríamos dar essa permissão, e mesmo lá no Parque do Carmo, ele quer um canteiro provisório de acho uns 20 m², para poder tirar as mudas de um saquinho plástico para conseguir ter mais vida útil dessa muda, senão ela iria perder. Então o nosso objetivo do Conselho da APA do Carmo, e quem recebeu a carta, pode ver que está com muitas considerações, inclusive, uma lei Municipal que diz que mudas não nativas, exóticas, não poderiam ser plantadas dentro de logradouros públicos. E eu acho que o Parque do Carmo é considerado como logradouro público. Então o que a gente pede é que seja respeitada a legislação vigente, e que tendo em vista, essa regularidade verificada, entende-se e, portanto, uma avaliação técnica da situação encontrada e das providências, visando as adequações que se fizerem necessárias. Obrigado. Quem não recebeu, depois eu repasso para vocês. E se o secretário permitir, eu posso até depois passar, porque, como eu disse, isso é um documento público, inclusive encaminhado para nós, do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Obrigado e um bom dia.

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Ângelo, nós já recebemos e a área técnica do DEPAVE vai fazer contato com vocês e vai responder oficialmente, e vai fazer as tratativas aí e fazer a resposta. Está bom?



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Ivo: Eu não pude participar dessa reunião, eu fui convidado, mas não foi possível porque eu respondo pela Leste 1. Porém, o que está sendo solicitado na realidade é um plano de manejo. Todo parque tem o seu plano de manejo, eu não sei o que está havendo com o Parque do Carmo que o pessoal está trabalhando aleatório a isso. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Agora, próximo item: restrição de uso da água, a conselheira Marta.

Cons. Marta: Marta Amélia, ABES Engenharia Sanitária. Eu queria fazer um pedido, mais um reforço sobre a campanha de escassez de água que São Paulo vem passando. Até encaminhei já o material digital para a Ocleres. Todos nós, principalmente conselheiros, fazermos um pouquinho na questão de mudança de hábito e nos ajudar a divulgar, que essas mudanças podem evitar com que São Paulo chegue ao racionamento. Temos material na empresa, a Sabesp disponibilizou o e-mail, Face, redes sociais (falha na gravação) pior do que foi em 2004. Só para os senhores terem uma ideia, nós temos uma determinada área, aqui no centro de São Paulo onde se concentram os hospitais, parte da indústria, escritórios, que fazia durante um dia 40 vazamentos. Com a campanha e pedido da população passou a fazer 90. As pessoas começaram a observar vazamento e a comunicar. Se alguém precisar de material para empresa, para escola, pode entrar no site, ou pedir pelo 0800 195 para nos ajudar. Então esse foi um pedido do presidente da ABES, é um pedido por parte da empresa de saneamento, que nós podemos, sim, sair dessa fase que está sendo considerada uma das mais críticas. E sem água a gente não vive. Então é uma campanha solidária e de cidadania. Era o meu pedido, presidente.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Muito obrigada conselheira Marta. Antes de dar o encerramento eu queria agradecer a todos os conselheiros e conselheiras a presença maciça. Foi um prazer recebê-los na primeira reunião. Milton, por gentileza.

Milton Persolli: Marta, eu estou redigindo agora um e-mail a todos os administradores de parques que tomem consciência e conhecimento desse material. E aí a gente vai passar a divulgar e verificar para que eles atentem a algumas ações básicas com relação a vazamentos de torneira, caixas d'água, válvulas, principalmente bebedouros. Então nos parques, a própria UMAPAZ, aqui também. Esse material foi encaminhado a Ocleres? Isso que eu queria confirmar. Por favor, se você puder repassar no meu e-mail que aí eu repasso a todos os administradores, eles reproduzem isso nos parques municipais, para que a gente tenha exatamente esse momento de participação, de reflexão, realmente a situação está crítica. Nós ouvimos hoje, a sua presidente lá, através de uma entrevista, a probabilidade de ocorrência de chuva é pequena, somente deve ocorrer a partir de sábado, ou domingo, então vamos ter esse tempo, e depois voltamos a ter estiagem. E aí entramos em março, que são chuvas mais isoladas, embora sejam em grande quantidade, mas não serão suficientes para repor. Então da nossa parte a gente está, oficialmente, já te ajudando nesse aspecto.

(fala sem microfone)

Milton Persolli: Está bom. Se tiver também algum programa, alguma coisa nos parques, se ela quiser nos ajudar, a gente também vai disponibilizar lá esses e-mails e que a gente possa... eu não sei se está nesse material, eu tenho visto alguns vazamentos de rua, isso também tem nos incomodado. Na rua da minha casa teve um hoje, apareceu um hoje, a gente ficou incomodado, não sei para quem recorreram. Eu mandei para o 195. Está bom. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Inclusão de pauta. Ângelo.



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Ângelo: Eu até vou pedir desculpa para a Julia, que eu iria conversar com ela antes. Eu tive informações que o Plano Municipal, que é diferente daquele que foi apresentado aqui, já pela Secretaria de Serviço, e aquele que a Comissão Especial também, aqui da casa, apresentou. Eu tive informações que o Plano de Gerenciamento estaria pronto já, foi a (incompreensível) que me passou.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Ângelo, especificamente, o que você quer como inclusão de pauta?

Cons. Ângelo: Seria a apresentação desse Plano, Plano de Gerenciamento de Resíduos da Cidade de São Paulo. E a outra questão que eu anotei aqui, que eu também acho que a gente poderia estar conversando durante o ano, foi liberado R\$ 12.765.000,00 para a implantação de novos ecopontos. E o ecoponto, eu acho que o cata-bagulho como o pessoal costuma chamar, praticamente tem a mesma finalidade. O ecoponto, nós munícipes precisamos levar até o local, e o cata-bagulho, eles que vem. A destinação está sendo feita dos materiais recolhidos? Eles vão para dois aterros na cidade de São Paulo, e depois que entram no ecoponto ou senão no caminhão, não podem ser reutilizado. E às vezes são muitos materiais finos que dariam para ser reaproveitados. Como nós somos parceiros para fornecer dinheiro, eu acho que a gente poderia ser parceiro também para fornecer soluções. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Ele está pedindo inclusão de pauta para a próxima reunião.

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Mas a segunda questão que ele coloca talvez seja uma exposição também de SES, sobre os ecopontos, destinação dos resíduos sólidos ou dos serviços feitos pelas Subprefeituras também. Eu entendi que é isso que você está pretendendo trazer, explanação, exposição na próxima reunião sobre o assunto.

Cons. Ângelo: Eu acho que se for colaborar, nós estivemos acompanhando a operação cata-bagulho, fizemos o relatório, se ajudar, a Subprefeitura de São Mateus poderá apresentar esse relatório e também informações do destino.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Você fez a sugestão de pauta, já foi passado para o competente, nós vamos apresentar. Depois, se for o caso, como o senhor disse, durante o ano, nós apresentamos, convidamos o subprefeito de São Mateus para exposição.

Cons. Ângelo: Não, só expondo, porque como o senhor Manoel falou da exposição, então eu falo que nós temos material, que podemos estar colaborando.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Agradecido, obrigado. Eu queria agradecer mais uma vez a todos os conselheiros e conselheiras a presença maciça nessa primeira reunião, que é um prazer tê-los aqui. E passarei a palavra ao secretário para o encerramento.

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Obrigado a todos os conselheiros pela dedicação aqui, mais uma vez, a reunião do CADES. Que nós tenhamos aí um 2014 profícuo com relação a todas as atividades, e principalmente aqui, do Conselho. E agradecer a presença também de todos os senhores. Eu vou dar por encerrada a 156ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Bom dia a todos, muito obrigado.

Manoel Victor de Azevedo Neto



ATA DA 156ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Secretário Adjunto
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros presentes:

ANA MARIA MODOLO DIZ	JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA NETO
ANDRÉ LUIS GONÇALVES PINA	JULIA MORENO LARA
ANGELA MARIA BRANCO	LUCAS PHELIPPE DOS SANTOS
ANGELO IERVOLINO	LUIZ FERRUA
BEATRIZ ELVIRA FABREGUES	MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA REALI ESPOSITO
DANIEL GLAESSEL RAMALHO	MARIA JOSÉ DE ANDRADE FILHA
EDUARDO DELLA MANNA	MARIA LUCIA TANABE
EDUARDO IGNÁCIO DE FARIA	MARTA AMÉLIA DE OLIVEIRA CAMPOS
EDUARDO STOROPOLI	MAURO PEREIRA DE PAULA JUNIOR
FERNANDO BORGES FORTE	MILTON ROBERTO PERSOLI
GEORGE DOI	OSVALDO FIGUEIREDO MAUGERI
GLAUCO CUGLER DE CARVALHO	SÉRGIO KRICHANÃ RODRIGUES
IVO CARLOS VALENCIO	

Conselheiros suplentes presentes:

ALEXANDRE FALCÃO DE ARAUJO / CRISTINA ANTUNES / JOSÉ CARLOS ANDERSEN / JOSÉ EDUARDO DE MATTOS CANHADAS / THAIS MARIA LEONEL DO CARMO

Conselheiros com justificativa de ausência:

FÁTIMA CRISTINA FARIA PALMIERI

Coordenador Geral:

Luis Eduardo Peres Damasceno

Secretária Executiva:

Ocleres Harkot